



A CTB demanda do governo Lula o reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática. Não podemos admitir a prática do colonialismo em pleno século 21. O direito à autodeterminação dos povos é sagrado e deve ser respeitado por todas as nações em nome da paz mundial e do desenvolvimento pacífico da civilização humana.



CTB MANIFESTA TOTAL SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO SAARAUI PELA SOBERANIA

A **CENTRAL** dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) manifesta sua total solidariedade ao povo Saaraui na histórica e justa luta pela soberania do Saara Ocidental, que acaba de obter uma significativa vitória com a confirmação em sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia da decisão que anulou os acordos comerciais e pesqueiros entre UE e Marrocos.

Houve um reconhecimento implícito da União Europeia do direito à soberania e autodeterminação exigidos pelo povo saaraui.

O Tribunal de Justiça da UE adotou o entendimento do Tribunal Penal Internacional, da União Africana e das Nações Unidas que referendam o direito do povo do deserto sobre as riquezas no território ocupado pelo invasor marroquino, que desde 1975, após a saída da Espanha, segue colonizando o Saara Ocidental.

O Brasil, hoje um dos principais compradores de fosfato roubado das terras saaraui, deveria seguir o mesmo caminho. **Leia mais** <https://11nq.com/94WBe>

O preço da precarização do trabalho



O trabalhador brasileiro paga um alto preço pela precarização e desmonte dos direitos trabalhistas, promovidos pelos governos Temer e Bolsonaro. A exploração cresceu e as condições de trabalho se deterioraram. Resultado: o trabalhador está cada vez mais triste, estressado, desengajado e com raiva. Reflexo direto das políticas que priorizam o lucro acima do bem-estar.

Um estudo da Pluxee, em parceria com The Happiness Index, revela que o Brasil tem 9% menos felicidade no trabalho do que a média mundial. Por aqui, 62% dos profissionais estão desengajados e esgotados.

Outra pesquisa, da consultoria Gallup, mostra que o país ocupa o quarto lugar na América Latina em profissionais tristes ou com raiva. Entre os participantes, 25% relatam tristeza diária e 18% sentem raiva constantemente.

Os sentimentos geram impactos profundos na vida pessoal e também na economia do país. O estresse e o desengajamento crônicos resultam em uma perda global de trilhões e o Brasil é um dos países mais afetados. A falta de políticas públicas de valorização e o sucateamento do mercado de trabalho continuam a empurrar a classe trabalhadora para um ciclo de adoecimento, exaustão e desesperança.

PENA DE FEMINICÍDIO É AMPLIADA PARA ATÉ 40 ANOS

Foto DIVULGAÇÃO

No Brasil, 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio ano passado. Cerca de 1 caso a cada 6 horas. Maior número registrado desde que a lei contra feminicídio foi criada, em 2015, e 1,6% superior do que em 2022. Relatório do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) aponta que 18 estados apresentaram a taxa do crime acima da média nacional, de 1,4 mortes para cada 100 mil mulheres.

Diante do cenário de violência, a sanção da Lei 14.994/24, que amplia para até 40 anos a pena para o crime de feminicídio, foi bem recebida para ampliar o combate. O texto ainda tipifica o feminicídio em um artigo específico e não mais como um tipo de homicídio qualificado. Com isto, as penas passam de 12 a 30 anos de reclusão para 20 a 40 anos.

A lei também reconhece o feminicídio como crime hediondo. Também têm novas previsões de



agravantes, situações que podem aumentar a pena do criminoso, como o emprego de veneno, tortura ou outro meio cruel, emboscada ou outro recurso que torne impossível a defesa da vítima e emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

Caso o condenado descumpra medida protetiva, a nova legislação aumenta a pena do criminoso de 3 meses a 2 anos para reclusão de 2 a 5 anos e multa. Ainda está prevista a transferência do presidiário ou preso provisório por crime de violência doméstica ou familiar em caso de ameaça.

“Brasil será um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas”, alerta professor da USP

Foto DIVULGAÇÃO



Em palestra para o presidente Lula, autoridades do governo, do Congresso e do STF, o astrofísico da Universidade de São Paulo, Paulo Artaxo, afirmou que pela trajetória atual o planeta registrará um aumento de 3 a 3,5 graus na temperatura ao longo deste século.

Já o nível do mar deve subir de 1 a 1,5 metro.

As regiões tropicais, como é o caso do Brasil, serão as mais prejudicadas.

O pesquisador alerta que a saúde humana será fortemente impactada, assim como a produção de alimentos.

A economia baseada no agronegócio pode se revelar

um caminho ainda mais equivocado e o Brasil corre o risco de não ser tão competitivo neste setor futuramente em consequência das mudanças climáticas.

O astrofísico da USP explicou que 48% das emissões feitas no Brasil são provenientes do desmatamento.

Ele ressaltou a necessidade de acelerar a transição energética, bem como a redução das desigualdades e a eliminação da pobreza para garantir um futuro mais agradável e menos sombrio para a humanidade. **Leia**

mais <https://11nq.com/4aZ0G>